REQUERIMENTO nº de 2025. (do Sr. Deputado Zé Trovão)

Requer informações a Excelentíssima Senhora Ministra dos Povos Indígenas, sobre a possível implantação de Reserva Indígena no município de Jaraguá do Sul no Estado de Santa Catarina.

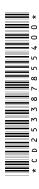
Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Câmara dos Deputados,

Nos termos do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 115 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que sejam prestadas, no prazo legal, as seguintes informações sobre a possível implantação de Reserva Indígena no município de Jaraguá do Sul no Estado de Santa Catarina.

Assim, solicito ao Ministério os seguintes questionamentos:

- 1. Existe, formalmente, projeto em andamento para a implantação de uma reserva indígena no município de Jaraguá do Sul-SC?
- 2. Caso afirmativo, quais são os órgãos responsáveis pela condução do processo e quais etapas já foram concluídas?
- 3. O Ministério dos Povos Indígenas tem conhecimento da aquisição do referido terreno pelo Governo Federal e já recebeu alguma solicitação oficial para infraestrutura e apoio logístico?
- 4. Há um planejamento, por parte do Governo Federal, para fornecer infraestrutura básica (água, energia, saneamento, transporte, saúde e educação) para atender à demanda dessa comunidade indígena?
- 5. Existe estudo de impacto socioeconômico e ambiental sobre a vinda dos indígenas para a região?
- 6. Caso a reserva seja instalada, qual será a participação do Ministério dos Povos Indígenas nas decisões e na administração da área?





JUSTIFICAÇÃO

A transparência e a ampla divulgação de informações relacionadas a mudanças significativas no município são fundamentais para garantir a participação da sociedade e o planejamento adequado das políticas públicas.

Diante das informações de que o Governo Federal adquiriu um terreno para compensar a perda de terras indígenas durante as obras da BR-280, em Araquari, e da possibilidade de até 1.000 indígenas serem transferidos para o local e considerando a relevância do tema e do impacto que essa medida pode gerar para o município, tanto em termos estruturais quanto sociais, faz-se necessário que o Ministério esclareça a real situação da questão, fornecendo informações concretas e detalhadas sobre o andamento do processo e a viabilidade da proposta.

Dessa forma, este requerimento visa garantir o acesso à informação pela população e possibilitar um debate mais amplo e embasado sobre a questão.

Atenciosamente,

Sala das comissões, de de 2025.

Deputado ZÉ TROVÃO (PL/SC)

